MONIZ BANDEIRA, L. A. *Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003).* Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* 42. ed. São Paulo: Brasiliense,1995.

________. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Liliam Moritz. *As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Prova de 2004

Questão

O Brasil republicano assistiu, ao longo do século XX, a um processo complexo de republicanização das instituições bem como de construções e descontruções democráticas. Oscilações entre governos e regimes políticos povoaram a histórica política daquele século. Faça o balanço atualizado de uma dessas últimas transições, ocorrida na passagem do regime militar inaugurado pelo golpe de 1964 para a chamada Nova República. Indique os elementos de continuidade e ruptura na referida transição.

Talita Borges Vicari (20/20)

O processo político no século XX foi marcado pela alternância entre regimes autoritários e democráticos. A sucessão dos regimes: República Velha, os períodos democráticos varguistas (1930-1937 e 1951-1954) e o seu Estado Novo autoritário, os governos democráticos de Dutra, JK, Jânio Quadros e João Goulart, a ditadura militar de 1964 a 1985, e a abertura democrática com a Nova República, imprimiu ao sistema político brasileiro "sístoles e diástoles" da participação popular no modelo institucional.

A ultima transição no percurso histórico brasileiro – a re-abertura do regime em 1985 – inicia-se, de fato, no governo Geisel com a proposta de uma abertura "lenta, segura e gradual", que conduziria novamente a um sistema democrático de governo. Tal abertura, porém, contemplou dentro de si mesma avanços e retrocessos. As medidas tomadas para cessar as torturas e o aumento das atividades sindicais conviveram com a Lei Falcão (tentativa de garantir o sucesso eleitoral da ARENA) e o pacote de abril em 1977 (com a criação dos senadores "biônicos" que asseguravam a maioria governista no Senado). Com o governo Figueiredo, já fora da vigência do AI-5 e iniciado com a concessão de anistia aos membros do governo e da sociedade civil ("torturadores" e "torturados"), continuou-se o processo de distensão. A campanha pelas "Diretas-Já" – a despeito do malogro da Emenda Dante de Oliveira – assinalava a ânsia de participação social. O processo de migração para a democracia deu-se, no entanto, com a eleição indireta de Tancredo e Sarney e a posse do vice em função do falecimento de Tancredo. A formação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a elaboração de uma nova constituição em 1988 – batizada "Constituição-cidadã" – coroou a transição institucional.

Percebe-se no início da Nova República elementos de ruptura que impõem a reformulação do modelo de intervenção do Estado na economia. O esgotamento do modelo desenvolvimentista – cujo último suspiro (do processo de substituição de importações) foi o II PND – e o agravamento do quadro financeiro do Estado – pontilhado por planos ortodoxos e heterodoxos que tentavam estabilizar a inflação crescente – levou ao reposicionamento do Estado com as posteriores abertura comercial e "adoção" dos cânones do Consenso de

Washington no período que se seguiu à eleição de Fernando Collor de Mello (primeiro presidente eleito por voto direto). Mais um ponto de ruptura foi a descentralização administrativa marcada pela CF-88, por meio do fortalecimento dos entes subnacionais (Estados e municípios), substituindo o centralismo adotado na Constituição de 1967.

A mudança de regime não alterou, porém, o quadro social brasileiro. Permaneceu a distribuição desigual de rendas característica da fase anterior e, a despeito do sistema de seguridade social proposto pela CF-88, continua candente a questão da pobreza no Brasil. Outro elemento de continuidade está presente na elaboração da política externa que, prosseguindo com o "pragmatismo responsável" de 1974, caracteriza-se pelo universalismo e pela função de constituir vetor do desenvolvimento por meio do aprofundamento das relações com a América do Sul e da garantia da posição de global trader *do Estado.*

Questão

O conceito de América Latina tem um percurso histórico próprio que o associa às idéias da existência de uma ruptura fundamental entre o mundo ibérico e o mundo anglo-saxônico nas Américas. Ainda que romantizado por atores políticos e pelas próprias sociedades, o conceito serviu, e continua servindo, para propor um *modus vivendi* próprio, um conjunto de interesses e percepções específicas. Ao lado desse tradicional conceito político, geográfico, social e cultural, emergiu, ao longo do século XX, o conceito de sul-americanidade.

Avalie:

a) as relações históricas entre os conceitos de América Latina e América do Sul;

b) as aplicações mais recentes desses dois conceitos na inserção internacional do Brasil.

Franklin Rodrigues Hoyer (17/20)

a) O conceito de América Latina é criação da geopolítica francesa, Napoleão III buscava aproximar-se do continente na tentativa de contrabalançar a influência inglesa, para tanto criou um conceito que objetivava aproximar os latinos em deterimento dos anglo-saxões, arquitetava-se uma comunidade latina, que incluiria a França, em oposição à anglo-saxã. O auge da política americana de Napoleão III ocorreu quando ele estabelece uma coroa no México e coloca em seu trono Maximiliano, que logo seria assassinado por nacionalistas mexicanos.

Embora o conceito tenha surgido de mentes européias, sua racionalidade já se fazia presente desde o início do século XIX (década de 1820) com o ideal bolivariano e a Conferência do Panamá, o panamericanismo bolivariano era latino-americano, opunha-se à Europa conquistadora. A lógica do "libertador" era fortalecer o continente contra a ameaça recolonizadora.

O conceito de sul-americanidade pode ser traçado no Brasil com a política do barão do Rio Branco. Panamericanista, Rio Branco buscava o fortalecimento da América do Sul. Homem de grande visão, percebia a necessidade de mecanismos de concertação regional, é daí que surge o pacto ABC de cordial inteligência entre Argentina, Brasil e Chile. Rio Branco buscava aliança com os Estados Unidos, principal parceiro comercial do Brasil e já então

grande potência mundial, sem se descuidar de suas relações imediatas, ou seja, de sua circunstância geográfica que é a América do Sul.

b) A circunstância do Brasil é a América Latina e, de modo mais específico, a América do Sul, como escrevera Ortega y Gasset, "eu sou eu e minha circunstância e se não a salvo, não salvo a mim". Portanto, a inserção internacional do Brasil passa necessariamente pela América do Sul, que é o espaço por excelência da diplomacia brasileira.

Já assim percebia o barão do Rio Branco que buscou ao máximo o bom entendimento com as nações vizinhas ao Brasil, fato que se pode verificar com a estabilização das fronteiras e solução das questões lindeiras. Para Rio Branco, o equacionamento de qualquer pendência de limites revestia-se de caráter prioritário, pois era condição que permitiria a consolidação do Brasil em seu espaço, eliminando possíveis atritos que poderiam desestabilizar a região, de sorte que o Brasil desde então não mais teria qualquer problema com seus vizinhos. O barão do Rio Branco consolidou um espaço de paz para o Brasil.

A diplomacia brasileira jamais se descuidou do espaço sul-americano, embora sua atuação tenha-se retraído em alguns momentos. É de se destacar, em finais da década de 1950, a Operação Panamericana de Juscelino Kubitschek, dessa experiência, em parte, surgiria a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960.

O Brasil sempre buscou apaziguar descontentamentos por parte de seus vizinhos, por meio da negociação diplomática os foi trazendo para sua esfera de influência, tal como fizera o barão do Rio Branco com o Uruguai, como foi feito com a Bolívia pelos acordos de Roboré e a ligação ferroviária, ou como se deu com o Paraguai com a construção da usina binacional de Itaipu, a construção da ponte da amizade e o escoamento da produção paraguaia pelo porto de Paranaguá.

O ápice da política sul-americanista brasileira aconteceria em meados da década de 1980, foi quando Brasil e Argentina re-democratizados aproximam-se, o que daria origem a vários acordos que resultariam no tratado de Assunção constituindo o Mercosul em 1991. A Argentina, de antiga rival no contexto geopolítico sul-americano, passaria a parceira de primeira ordem do Brasil.

A proposta da ALCSA em 1993, pelo embaixador Celso Amorim, de certa forma regata os ideais de Rio Branco na busca de uma inserção madura do Brasil no cenário internacional. De certo modo, a ALCSA é um meio para resguardar o continente da cooptação econômica pela potência do norte, é uma forma de contrabalançar a hegemonia estadunidense possibilitando maior poder de barganha à região.

É também importante recordar que na Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 4º está escrito que o Brasil buscará a integração econômica, social e cultural com a América Latina.

Questão

Avalie o seguinte texto:

"Não há contradição entre a existência de um regime que combatia guerrilhas de esquerda no país e o reconhecimento de governos apoiados pelos soviéticos na África, como aconteceu no caso de Angola em 1975. As razões de Estado pesaram mais nas escolhas pragmáticas. Esboçava o Brasil um lugar na 'nova partilha africana'. Esse lugar serviu para afirmar a idéia de que o Brasil tinha uma política global e universalista. Também serviu para

desafiar os interesses norte-americanos na região. O Brasil ensaiou perfurar o neocolonialismo europeu e norte-americano na África por meio de um programa de ação que envolveu a mobilização de empresas estatais, empreiteiras, operações de *counter-trade* e o jogo de sedução das elites africanas por meio do discurso da africanidade brasileira."

SARAIVA, José Flávio S. *"África: petróleo e poder", UnB Revista*, 9, março de 2004, p. 11.

Com base no texto, discuta:

a) os pilares da chamada política africana do Brasil dos anos 1970 e 1980;

b) os fatores que levaram o Brasil ao reconhecimento imediato do governo do MPLA e Angola em 1975.

Franklin Rodrigues Hoyer (18/20)

a) A partir de 1967, com a "nova correção de rumos", a diplomacia brasileira retomará os princípios universalistas e pragmáticos da política externa independente (1961-64). A tônica era o nacional-desenvolvimentismo, a política externa era percebida como meio suplementar à política de desenvolvimento da economia brasileira. Nessas circunstâncias, os alinhamentos automáticos eram refutados prevalecendo o pragmatismo de meios.

A busca de novos parceiros e mercados animará a política externa do período, será nesse contexto que a África, especialmente a África sub-saariana, despertará grande atenção da chancelaria brasileira. Embora a diplomacia brasileira já tivesse dado sinais de aproximação com o continente africano em princípios da década de 60, quando vigorava a Política Externa Independente, esse ensaio de aproximação fora tímido, o que se verifica com a posição brasileira de não condenar expressamente o colonialismo português tendo-se em consideração os laços históricos de Portugal com o Brasil.

Na década de 1970 a política africana do Brasil ganhará maior substância, principalmente quando da gestão de Azeredo da Silveira no governo Geisel, a partir de 1974. As circunstâncias internacionais davam ensejo ao discurso terceiromundista defendido pelo Brasil, era o período da "détente" (1969-1979) em que os países de menor desenvolvimento uniam seu discurso na defesa de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), buscava-se um "aggiornamento" no diálogo norte-sul. O período da "détente", em que as duas potências mundiais passam a concertar-se e criam regimes de controle de armamentos, coincide com a perda da hegemonia relativa dos Estados Unidos e a ampliação dos espaços de poder com a consolidação de novas potências econômicas, como a Comunidade Européia e o Japão, bem como o reconhecimento da República Popular da China como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

A diplomacia brasileira soube aproveitar essas brechas do sistema internacional e buscou intensivamente ampliar seu poder de barganha e multilateralizar, ou melhor, mundializar a sua política externa.

A partir de 1974 o Brasil condenará expressamente o colonialismo português em África, também passará a condenar ostensivamente o regime do "apartheid" na África do Sul. Substancialmente, o Brasil será o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 1975.

Será, com efeito, na década de 1980 quando o Brasil consolidará sua política africana, é quando grandes empresas brasileiras passam a investir no continente, bem como realizar importantes obras de infra-estrutura.

b) A aparente contradição no reconhecimento brasileiro do governo do MPLA, de orientação marxista, de Angola em 1975 é rapidamente desfeita ao analisar-se a política externa brasileira da época. Para além da retórica terceiromundista e da evocação dos verdadeiros laços históricos e culturais que unem o Brasil à Angola, estava em questão os interesses econômicos brasileiros. Assim é possível compreender a razão de o Brazil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola.

Isso é explicado pelo pragmatismo de meios que então orientava a política externa brasileira, a incessante busca pelo desenvolvimento econômico obstava possíveis alinhamentos ideológicos, era no diálogo sul-sul que o Brasil buscaria alcançar seus objetivos já que a parceria com o norte (com os Estados Unidos) fora frustada. É importante salientar que nesse período o Brasil engajou-se em importantes parcerias com países como Alemanha e Japão, tratava-se de uma diplomacia universalista e pragmática que buscava contrabalançar o peso dos Estados Unidos.

A Angola seria um país chave na estratégia de inserção brasileira no continente africano, por se tratar de um país muito próximo culturalmente, de um país de língua portuguesa, com localização estratégica e, principalmente, com grande riqueza de recursos naturais, em especial o petróleo. Tendo-se em consideração o choque do preço do petróleo em 1973, essa matéria-prima tornara-se ainda mais valiosa. Não será coincidência que um dos investimentos de vulto do Brasil em Angola seria extração de petróleo na plataforma continental pela Petrobrás.

A Angola, portanto, encontrava-se na confluência dos interesses brasileiros em África, de modo que o imediato reconhecimento de seu governo não constituía qualquer contradição, mas referendava o pragmatismo responsável da política externa durante o governo Geisel.

*